

**EDITAL DE ALIENAÇÃO POR INICIATIVA PARTICULAR E INTIMAÇÃO DAS PARTES**

**ABERTURA DO PRAZO PARA RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: 23/01/2024**

**LOCAIS DE DIVULGAÇÃO:** [www.grupolance.com.br](http://www.grupolance.com.br).

Nos termos do art. 880 e seguintes do Código de Processo Civil, FAZ SABER, a quantos que o presente virem ou dele tiverem conhecimento que até o dia 23/04/2024 às 16:00 horas, estará aberto prazo para recebimento de propostas de compra do bem penhorado no processo abaixo relacionado em tramite perante a Vara Única Cível do Foro de Pariquera-Açu-SP. As propostas deverão ser encaminhadas ao Leiloeiro credenciado perante o TJ-SP, Sr. **DANIEL MELO CRUZ, JUCESP nº 1125**, através do e-mail: [contato@grupolance.com.br](mailto:contato@grupolance.com.br).

As propostas recebidas durante o período estipulado para venda dos bens ficarão disponibilizadas no portal [www.grupolance.com.br](http://www.grupolance.com.br), sendo representadas pelo valor da melhor proposta recebida.

**PROCESSO: 1500506-56.2021.8.26.0424**

**AUTOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIQUERA-AÇU**

**RÉUS: OSVALDO CAMARGO – ESPOLIO e SANDRO DOMINGUÊS CAMARGO**

**DO BEM: UM TERRENO** demarcado e destacado de maior porção de área do lote de terras sob nº 02 da Linha Nova Italia, também conhecido por Vila Santa Inês, perímetro urbano de Pariquera-Açu, com área de 625,00m<sup>2</sup>, medindo 12,50ms de frente e nos fundos por 50ms da frente aos fundos em ambos os lados, e situa-se à margem esquerda da rua Projetada 02, no sentido leste oeste, distante 37,50ms do cruzamento dessa rua com a rua Projetada 02; ao sul(fundos) com terrenos do mesmo lote, dos vendedores; a leste com terrenos do mesmo lote de Silvana Leocádio Domingues e a oeste com terrenos do mesmo lote, dos vendedores. CONSTA NO LAUDO DE AVALIAÇÃO: O imóvel referido é construído alvenaria e não é murada assim como não tem garagem. Não é possível descrever os cômodos do imóvel. Tem-se a impressão de estar abandonado, uma vez que partes de móveis simples e quebrados amontoam-se em frente a porta de entrada. Tem área construída de 58,32m<sup>2</sup> (cinquenta e oito metros quadrados e trinta e dois centímetros quadrados, conforme consta na ficha cadastral da Prefeitura Municipal (conf.fl.s.51-52). **Cadastrado na Prefeitura sob o nº 5862, inscrito sob nº 0008549. Matriculado no CRI de Jacupiranga sob nº 23.818**

**ONUS:** Não constam ônus sob a referida matrícula.

**DATA DA PENHORA:** 20 de setembro de 2022 (conf.fl.s.40).

**LOCALIZAÇÃO DO BEM:** Rua Santa Inês, 118 – Vila Santa Inês, Pariquera-Açu/SP.

**VALOR DA AVALIAÇÃO DO IMÓVEL:** R\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais) para dezembro/2022 (conf.fl.s. 52-53).02

**VALOR ATUALIZADO DA AVALIAÇÃO:** R\$ 140.970,46 (cento e quarenta mil e novecentos e setenta reais e quarenta e seis centavos) para janeiro/2024 - atualizado conforme tabela prática monetária do TJ/SP.

**1. PRAZO:**

O procedimento para a realização da venda POR INICIATIVA PARTICULAR por intermédio

do LEILOEIRO **Daniel Melo Cruz, JUCESP nº 1125** não deverá exceder o prazo de 6 meses dias a contar do despacho que determinou a venda por iniciativa particular do bem acima mencionado.

**2. VALOR MÍNIMO DE PROPOSTAS E VALOR MÍNIMO DA VENDA:**

O valor mínimo para a alienação será de 50% do valor da avaliação atualizado, correspondente ao valor de **R\$ 70.099,68 (setenta mil e noventa e nove reais e sessenta e oito centavos)** para o imóvel do lote acima.

**3. COMISSÃO DO LEILOEIRO:**

Na hipótese de deferimento da proposta, o proponente adquirente deverá pagar ao Sr. Daniel Melo Cruz comissão de corretagem no valor correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o preço da alienação. A comissão devida não integra (não está inclusa) o valor da proposta, e não será devolvida ao proponente adquirente, salvo se a alienação for invalidada por determinação judicial, por razões alheias à vontade do proponente adquirente, deduzidas as despesas incorridas.

**4. PREFERÊNCIA:**

Ocorrendo propostas de idêntico valor, observar-se-á a seguinte ordem:

- a) o pagamento à vista;
- b) a proposta com menor número de parcelas, somente para imóveis.
- c) a proposta que, embora menor, apresentar índice de atualização monetária e/ou juros incidentes sobre as parcelas, de modo que ao final do parcelamento, o valor total seja superior à proposta concorrente.

Nos termos do artigo 893 do CPC, se a venda for de diversos bens e houver mais de um proponente, terá preferência aquele se propuser a comprá-los englobadamente, oferecendo para os que não tiverem licitante preço igual ao da avaliação e para os demais o de maior oferta.

**5. FORMAS DE PAGAMENTO:**

- a) À VISTA: No prazo máximo e improrrogável de 24 horas a contar da intimação do deferimento da proposta vencedora.
- b) A PRAZO: A proposta conterà, em qualquer hipótese, **oferta de pagamento de pelo menos vinte e cinco por cento do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses**, garantido por caução idônea quando se tratar de bem móvel, ou por hipoteca do próprio bem imóvel quando se tratar de bem imóvel, indicando, ainda, o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo. No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. A apresentação de proposta não suspende o leilão. Lembrando que se houver outra proposta está ficará condicionada à análise do Juízo, nos termos do Art. 895 do CPC.

**6. ALIENAÇÃO:**

A alienação será formalizada por termo nos autos, com a assinatura do juiz, do exequente, do adquirente e, se estiver presente, do executado, expedindo-se:

- I - a carta de alienação e o mandado de imissão na posse, quando se tratar de bem imóvel;
- II - a ordem de entrega ao adquirente, quando se tratar de bem móvel, nos termos do § 2º do art. 880 do CPC.

**7. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:**

- a) As propostas deverão estar devidamente identificadas pelos interessados/licitantes, detalhadas, e acompanhadas dos documentos que comprovem a sua lisura.
- b) Por e-mails: [contato@grupolance.com.br](mailto:contato@grupolance.com.br);

d) Ou antes do encerramento da alienação, pelo portal [www.grupolance.com.br](http://www.grupolance.com.br)

**8. ÔNUS:**

O adquirente ficará isento dos tributos relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, bem assim os relativos as taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens ou a contribuições de melhoria da União, Estado de São Paulo e municipais, estejam ou não inscritos em dívida ativa, nos termos do artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional.

**9. DISPOSIÇÕES FINAIS:**

Fica autorizado ao Corretor Judicial, ou quem ele designar, a efetuar visitas ao local onde se encontram os bens submetidos à venda por iniciativa particular, acompanhados ou não de interessados na alienação, podendo fotografar os bens, independentemente do acompanhamento de Oficial de Justiça. É vedado aos depositários criar embaraços à visitação dos bens sob sua guarda, sob pena de incorrer em ato atentatório à dignidade da Justiça, com imposição de multa de até vinte por cento do valor da causa, nos termos do § 2º do artigo 77 do NCPC. A publicação do edital servirá como ciência, suprimindo eventual insucesso nas intimações pessoais, dos respectivos patronos e de terceiros com gravames sobre os bens penhorados. Ficam os interessados cientes de que poderão existir outros ônus sobre os bens objeto da alienação judicial, bem como sobre a circunstância do estado de conservação dos bens não corresponder ao descrito nos autos de avaliação (cuja descrição foi reproduzida neste edital), motivos pelos quais deverão verificar por conta própria a existência de outros ônus sobre os bens e o seu real estado de conservação. Ficam autorizadas outras informações que se mostrarem relevantes para o aperfeiçoamento do procedimento de alienação. Não se harmonizando as propostas com as condições fixada para efetivação da alienação, a questão será submetida à apreciação judicial. A falta de interessados na aquisição no prazo assinalado será comunicada ao Juízo, que determinará as providências cabíveis. A alienação judicial poderá ser julgada ineficaz, se não forem prestadas as garantias exigidas pelo juízo; se o proponente provar, nos 5 (cinco) dias seguintes à assinatura do termo de alienação, a existência de ônus real ou gravame até então não mencionado; se a alienação se realizar por preço que vier a ser considerado pelo juízo como vil; e nos casos de ausência de prévia notificação da alienação das pessoas indicadas no art. 889 do CPC; (Alterado pelo Provimento CG Nº 17/2016).

Dê-se ciência aos exequentes: **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIQUERA-AÇU**, e aos executados **OSVALDO CAMARGO – ESPOLIO** e **SANDRO DOMINGUÊS CAMARGO**, na pessoa dos respectivos procuradores, os quais deverão se reportar ao conteúdo do edital para informações quanto às condições estabelecidas para realização da alienação por iniciativa particular (venda direta).

Foro de Pariquera-Açu-SP, 09 de janeiro de 2024

ANDRE GOMES DO NASCIMENTO  
MM. Juiz de Direito da Vara Única Cível do Foro de Pariquera-Açu-SP

DANIEL MELO CRUZ  
JUCESP Nº 1125